

**RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE  
CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA**

**PEDRA BONITA  
Dezembro/ 2016**

---

**Prefeito Municipal**

---

NOME	CPF
Trovão Vitor de Oliveira	021.731.316-72

---

---

**Integrantes do Controle Interno**

---

NOME	CPF
Petterson Luiz Nascimento Ribeiro (Presidente)	063.499.466-26
Alcir Martins Gomes	777.962.176-68
Zélia Ribeiro de Oliveira Souza	049.231.536-10

---

---

---

---

## **1. Apresentação**

Nos termos do art. 74 da Constituição da República, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 33/94 e em atendimento ao disposto na Instrução Normativa **007/2007** do TCE/MG, ao art. 56 § 2º. e 3º. da Lei Orgânica do Município, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei n.º 4.320/64, apresenta-se o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do exercício financeiro de 2016.

## **2. Introdução**

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2016 evidenciou mais uma vez a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

As exigências trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas estão se consolidando, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procurou-se durante o ano de 2016, otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Sistema de Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

### **3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias**

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Procurou-se organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis, decorrentes do planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros, destinados, inclusive, a financiar despesas de custeio.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionou-se a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que o objetivo foi o de constatar se:

- a meta atingida foi a meta proposta?
- não poderia gastar menos ao se realizar a ação?
- a ação alcançou, de fato, os anseios da população?

Também se considerou a arrecadação das receitas do nosso Município, a qual superou as expectativas, sendo, portanto, suficiente para realizar quase todos os programas/ações definidos no PPA.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA do nosso Município. Ao elaborar a LDO selecionou-se dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, aqueles que se consideraram prioritários na execução da LOA.

Desta forma a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e que orientou a elaboração da LOA.

Foram aplicadas também as normas para o controle e avaliação dos resultados dos programas e as condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas definidas na LDO, na Lei de Subvenções do Município, na Lei nº 4.320/64, na LRF, na Instrução Normativa nº 08/03 do TCE/MG e demais legislações.

#### **3.1. Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO**

Apresenta-se, a seguir, a avaliação do PPA a qual remete também para o cumprimento das prioridades relacionadas na LDO.

Quadro 1

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS NO PPA E					
DEFINIDAS COMO PRIORITÁRIAS NA LDO					
EXERCÍCIO DE 2016					
AÇÕES PREVISTAS NO PPA E NA LDO	REALIZAÇÃO			VALOR	
	SI	NÃO	PARCIAL	PREVISTO	REALIZADO
0.001 – Manutenção de Sentenças Judiciais		X		2.000,00	0,00
0.002 – Amortização de Dívida Contratada	X			447.174,00	371.021,27
1.012 – Extensão da Rede de Energia Elétrica	X			10.000,00	5.930,00
1.035 – Desapropriação para Reg. de Terrenos do Município		X		10.000,00	0,00
2.009 – Manutenção das Atividades da Administração	X			841.440,00	1.001.701,05
2.011 – Manutenção Despesas com Propaganda e Publicidade	X			59.340,00	22.949,66
2.017 – Manutenção Convênio A Justiça Eleitoral	X			3.110,00	4.850,00
2.028 – Contribuição A Assoc. Mineira De Municípios	X			12.800,00	11.180,00
2.036 – Manutenção Dos Subsídios Do Vice Prefeito	X			98.920,00	92.156,17
2.038 – Contribuição A Conf. Nacional Dos Municípios - CNM	X			6.000,00	6.658,00
2.045 – Manutenção dos subsídios do prefeitos	X			234.100,00	239.531,89
2.060 – Manutenção Para Realização De Concurso Publico		X		3.000,00	0,00
2.063 – Manutenção Dos Subsídios Dos Secretários	X			40.180,00	41.049,17
2.078 – Manutenção Convênio Policia Civil		X		4.220,00	0,00
2.079 – Contribuição Ao Pasep	X			215.800,00	156.668,91
2.089 – Manutenção Das Atividades Do Gabinete Do Prefeito	X			71.980,00	70.619,21
2.091 - Contribuição A ASPEMG - Mg		X		7.800,00	0,00
2.016 – Manutenção Das Atividade Da Secretaria Da Fazenda	X			184.320,00	195.191,26
2.056 – Manutenção Das Atividades Do Controle Interno	X			48.070,00	97.364,46
2.057 – Manutenção Serviços De Tributação E Arrecadação	X			62.690,00	205.323,26
2.058 – Manutenção Atividade Dos Serviços De Contabilidade	X			303.320,00	279.542,00
2.069 – Manutenção Dos Subsídios dos Secretários	X			38.070,00	33.382,41
2.019 – Manutenção Do Concelho Tutelar Da Criança	X			100.210,00	78.843,74
2.020 – Manutenção Das Atividades Da Assistência Social	X			579.320,00	218.349,31
2.061 – Manutenção Dos Programas Do Governo Federal	X			144.680,00	202.882,00
2.066 – Manutenção De Subsídios Dos Secretários	X			47.670,00	45.166,23
2.072 – Manutenção Programa IGDBF - SUAS	X			95.400,00	7.293,50
2.073 – Manutenção Das Ativ. Programa Piso Mineiro	X			20.000,00	29.456,10
2.081 – Subvenção A APAE	X			6.000,00	10.560,00
2.082- Subvenção A AMAR		X		6.000,00	0,00
2.095 – Manutenção Das Ativ. Bolsa Família Municipal	X			74.100,00	95.690,00
1.005 – Aquisição Equip. Ampliação Serv. Telefonia		X		2.000,00	0,00

1.019 – Constr. E Ampliação Do Sinal Repetidora De Tv		X		2.000,00	0,00
1.037 – Construção De Centro De Eventos		X		500.000,00	0,00
2.021 – Manutenção Das Atividades De Cultural	X			14.380,00	8.700,00
2.053 – Manutenção Festas Cívicas, Folclóricas E Populares	X			311.320,00	171.468,97
2.054 – Manutenção Das Atividades Do Turismo		X		47.480,00	0,00
2.071 – Manutenção Dos Subsídios Dos Secretários	X			38.870,00	41.217,99
2.022 – Manutenção Atividades Da Secretaria De Educação	X			508.780,00	257.047,58
2.067 – Manutenção De Subsídios Dos Secretários	X			46.450,00	46.094,50
1.021 – Construção De Escolas Do Pré-Escolar		X		5.000,00	0,00
1.022 – Construção Do Prédio Da Creche Municipal		X		158.794,20	0,00
2.004 – manutenção DAS ATIVIDADES DA CRECHE	X			32.980,00	13.184,81
2.029 – Manutenção Das Atividades Do Pré-Escolar		X		6.220,00	0,00
1.007 – Aquisição Imovel P/ Ensino Fundamental		X		1.000,00	0,00
1.009 – Aquisição De Veiculo P/ Transporte Escolar		X		5.000,00	0,00
1.013 – Const. E Amp. Escolas Ens. Fundamental	X			3.310,00	47.165,00
2.007 – Manut. Ativ. Transporte Escolar Ens. Fundamental	X			310.200,00	173.975,79
2.012 – Remuneração De Docentes Do Magistério FEB 60%	X			2.625.380,00	2.241.031,38
2.013 – Manutenção Do Transporte Escolar – Feb 40%	X			790.180,00	799.585,06
2.018 – Manutenção Do Transporte Escolar – Rec. Convênio	X			63.000,00	123.483,00
2.024 – Manutenção Do Ensino Fundamental	X			396.300,00	186.712,26
2.026 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental – FEB 40%	X			1.114.870,00	247.959,80
2.027 – Manutenção Das Atividades Do Ensino Fundamental	X			1.170.830,00	1.008.987,89
2.059 – Manutenção De Transporte Escolar Em Convênio SEENG	X			238.690,00	138.401,26
2.015 – Manutenção Da Merenda Escolar-Recursos Convênio FNDE	X			119.920,00	74.447,41
2.023 – Manutenção Da Merenda Escolar – Rec. Próprios		X		10.000,00	0,00
2.096 – Manut. Das Ativ. Merenda Escolar – Produtor Rural	X			30.000,00	34.752,00
2.086 – Manutenção Atividades Transp. Ensino Superior	X			52.200,00	56.196,00
1.008 – Aquisição Moveis, Veículos E Equip. Perm. Sec. Saúde		X		1.000,00	0,00
1.023 – Construção E Ampliação De Postos De Saúde		X		13.310,00	0,00
1.036 – Aquisição De Imóveis		X		1.000,00	0,00
2.025 – Manutenção Programa Saúde Em Casa	X			27.500,00	212.597,33
2.030 – Manut. Atividades Da Secretária De Saúde	X			131.830,00	33.997,05
2.031 – Manutenção Programa Saúde Bucal	X			373.650,00	109.453,72
2.033 – Manutenção Das Atividades Saúde – Ms / Sus		X		3.500,00	0,00
2.034 – Manutenção Serviços Laboratório Análise Clínica	X			55.220,00	831,00
2.035 – Manutenção Dos Serviços De Saúde	X			1.214.560,00	759.919,20
2.068 – Manutenção Dos Subsídios Dos Secretários		X		47.544,00	0,00
2.084 – Manut. Do Contrato De Rateio / Transporte Cis-Verde	X			37.240,00	47.751,70

2.085 – Contribuição Ao Fundo Estadual Farmácia Básica	X			12.000,00	11.510,48
2.051 – Manut. Atividades Vigilância Saúde	X			49.610,00	15.565,00
2.055 – Manut. Atividades Saúde Vig. Epidemiológica - EPCDOE	X			100.690,00	66.214,18
2.032 – Manutenção Dos Serviços De Saúde – Rec. PAB	X			242.000,00	42.957,30
2.037 – Manut. Ativ. Estratégia Saúde Família P. S. F	X			872.550,00	537.717,96
2.039 – Manut. Ativ. Prog. Agentes Comunitários Saúde - PACS	X			514.840,00	254.221,75
2.074 – Manutenção Atividades Dos Serviços De Saúde	X			1.351.005,00	1.625.665,37
2.075 – Manutenção Atividades Programa Pmaq	X			44.450,00	5.279,55
2.076 – Manutenção Atividades Programa Nasf	X			79.820,00	90.983,37
2.077 – Manutenção Atividade Programa Sets	X			57.000,00	28.749,68
2.092 – Contribuição A Cisdeste	X			20.000,00	21.045,00
1.006 – Obras De Infraestruturas Urbanas		X		29.990,00	0,00
1.030 – Construção E Amp. Praças, Parques E Jardins	X			312.100,00	344.651,80
1.031 – Const. Pav. E Calçamento Ruas, Avenidas E Anexos		X		387.813,40	0,00
1.032 – Aquisição de Imóvel para Construção de Casas Populares		X		11.000,00	0,00
1.034 – Construção e Rest. Casas Populares Urbanas		X		10.000,00	0,00
1.039 – Construção de Calçamento	X			550.000,00	309.357,30
2.040 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública	X			615.110,00	741.247,28
2.041 – Manutenção das Atividades de Parques e Jardins	X			6.720,00	16.940,00
2.042 – Manutenção das Atividades dos Serviços Urbanos	X			271.640,00	273.165,66
2.043 – Manutenção das Atividades da Iluminação Pública	X			53.020,00	38.319,64
2.044 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras	X			790.880,00	135.584,03
2.064 – Manutenção dos Subsídios dos Secretários	X			38.060,00	40.091,19
1.020 – Construção de Fossas Septicas		X		12.100,00	0,00
1.027 – Const. Canalização e Drenagem Agua Pluvial		X		10.000,00	0,00
1.028 – Construção e Ampliação Rede Esgoto Sanitário		X		10.000,00	0,00
1.033 – Ampliação da Rede de Abastecimento de Água	X			30.250,00	118.958,51
2.046 – Manutenção Serviço de Abastecimento de Agua	X			76.520,00	66.538,68
2.047 – Manutenção Atividades do Serviço Rede de Esgoto	X			32.070,00	35.070,70
1.018 – Construção Ampliação Estradas, Pontes, Mata-burros e anexo		X		20.000,00	0,00
2.048 – Manutenção das Estradas Vicinais	X			975.960,00	1.037.238,27
1.010 – Construção de Ginásio Poliesportivo		X		1.000,00	0,00
1.011 – Construção de Estádio Municipal		X		200.000,00	0,00
2.005 – Manutenção Desporto Amador	X			73.950,00	27.780,00
2.014 – Reflorestamento de Nascentes		X		3.000,00	0,00
2.093 – Manutenção Consor. Interm. Do Alto e Médio Caparáó		X		9.360,00	0,00
2.008 – Manutenção das Atividades da Agricultura		X		2.600,00	0,00

2.050 – Manutenção dos Serviços do C.M.D.R.S		X		12.810,00	0,00
2.052 – Manutenção das Atividades Sec. Agricultura		X		6.720,00	0,00
2.062 – Incentivo a Pequenos Produtores (Galpão do Produtor)		X		1.500,00	0,00
2.065 – Manutenção dos Subsídios dos Secretários		X		43.310,00	0,00
2.080 – Contribuição a EMATER		X		10.000,00	0,00
2.094 – Manutenção do Contrato de Rateio com o CIDESI	X			5.250,00	17.785,00
9.999 – Reserva de Contigência		X		60.000,00	0,00
<b>Total</b>				<b>22.226.150,60</b>	<b>16.964.862,25</b>

### 3.2. Metas de Receita, Despesa e Resultado Primário

Demonstra-se no quadro a seguir a avaliação das metas fiscais de Receitas, Despesas e Resultado Primário do exercício de 2016, estabelecidas na LDO, conforme determina o § 1º, do art. 4º, da LRF:

Quadro 2

<b>AVALIAÇÃO DAS METAS DE RECEITA, DESPESA E RESULTADO PRIMÁRIO ESTABELECIDAS NA LDO EXERCÍCIO DE 2016</b>		
DISCRIMINAÇÃO	META ESTABELECIDADA (R\$)	REALIZADA (R\$)
Receita Total	25.279.020,00	19.942.941,22
(-) Aplicações Financeiras	202.906,00	105.408,82
(-) Operações de Crédito	150.340,00	309.357,30
(-) Receitas de Alienação de Ativos	222.989,00	0,00
(-) Dedução para o FUNDEB	2.252.869,40	2.237.816,92
<b>= RECEITA FISCAL (I)</b>	<b>22.449.915,60</b>	<b>17.290.358,18</b>
Despesa Total	22.966.150,60	17.691.917,20
(-) Juros e Encargos da Dívida	121.218,00	96.782,04
(-) Amortização da Dívida	325.956,00	274.239,23
(-) Concessão de Empréstimos		
(-) Títulos de Capital já integralizados		
<b>= DESPESA FISCAL (II)</b>	<b>22.518.976,60</b>	<b>17.320.895,93</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)</b>	<b>-69.061,00</b>	<b>599.462,25</b>

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

### 3.3. Metas de Resultado Nominal

Demonstra-se no quadro a seguir a apuração do Resultado Nominal alcançado no exercício de 2016, comparando-o com a meta estabelecida na LDO, conforme determina o § 1º, do art. 4º, da LRF:



Quadro 3

<b>DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ALCANÇADO E DA META ESTABELECIDA NA LDO</b>			
<b>EXERCÍCIO DE 2016</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Realizado em 2015</b>	<b>Previsão para 2016</b>	<b>Realizado em 2016</b>
<b>Dívida Fundada</b> (exceto dívida entre entidades da mesma esfera governamental, conforme determina o § 2º, do art. 1º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal)	2.019.078,88	1.248.528,07	1.248.528,07
<b>(+) Precatórios emitidos a partir de 05.05.2000, incluídos no orçamento e não pagos</b>			
<b>(+) Operações de crédito</b> (com prazo inferior a doze meses, que tenham constado como receitas no orçamento)			
<b>= Dívida Consolidada</b>	<b>2.019.078,88</b>	<b>1.248.528,07</b>	<b>1.248.528,07</b>
<b>(-) Total do Ativo Disponível</b> (caixa, bancos e aplicações financeiras)*	782.846,49	978.446,27	978.446,27
<b>(-) Haveres Financeiros</b> (devedores diversos)*	118.653,65	0,00	0,00
<b>(+) Restos a Pagar Processados*</b>	1.158.398,78	525.007,98	525.007,98
<b>= Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>2.019.078,88</b>	<b>795.089,78</b>	<b>795.089,78</b>
<b>(+) Receitas de Privatizações</b>			
<b>(-) Passivos Reconhecidos</b> (parcelamento de dívida: INSS, FGTS, PIS/PASEP e outras)		2.776.074,86	2.776.074,86
<b>Dívida Fiscal Líquida</b>	2.019.078,88	(1.980.985,08)	(1.980.985,08)
<b>RESULTADO NOMINAL</b>		<b>(732.457,01)</b>	<b>(732.457,01)</b>

A Dívida Consolidada Líquida apresentou um aumento em relação ao saldo apurado em 31/12/2016.

#### **4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária**

A LOA configurou-se em nosso Município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procurou-se, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no Município.

##### **4.1. Elaboração do Orçamento**

A LOA do Município para o exercício financeiro de 2016, foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64, na Portaria nº 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 163/01 e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e nas e demais legislações pertinentes, tendo sido aprovada por meio da Lei n.º 0371/2015 de 03 de novembro de 2015.

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Consagrando os princípios da democracia e da transparência e, ainda, atendendo ao parágrafo único, do art. 48, da LRF, foi assegurada à população a participação nos trabalhos de elaboração do orçamento.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos, verificada por meio de métodos estatísticos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- A expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- A projeção das receitas de transferências de outros entes;
- A legislação vigente.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- Quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A implementação de programas de redução de despesas em caráter geral;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;

- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Município foi, portanto, estimada em R\$ 23.026.150,60 (vinte e três milhões, vinte e seis mil, cento e cinquenta reais e sessenta centavos) e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 4

LEI ORÇAMENTÁRIA EXERCÍCIO DE 2016			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPEZA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
Receitas Correntes	22.812.372,00	Despesas Correntes	20.769.752,00
Receitas de Capital	2.466.648,00	Despesas de Capital	2.196.398,60
Deduções para o FUNDEB	(2.252.869,40)	Reserva de Contingência	60.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>23.026.150,60</b>	<b>TOTAL</b>	<b>23.026.150,60</b>

**Nota:** Incluídas as receitas e despesas intra-orçamentárias.

#### 4.2. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de Programação Financeira, Cronograma Mensal de Desembolso e Metas Bimestrais de Arrecadação, com o objetivo de buscar o equilíbrio das contas públicas.

Desta forma e de maneira bem simples atentou-se primeiramente para a receita, geração e montante, e depois se definiu a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Município.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de recursos e com base nele estabeleceu-se o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas. Ou seja, primou-se por conhecer bem o comportamento das receitas durante o ano e atentou-se para quaisquer mudanças que de alguma forma poderiam alterar a produtividade de cada fonte durante o exercício financeiro de 2016.

Nestes aspectos a programação financeira – Receita, foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;
- Nas indicações e orientações dos técnicos que trabalham direta e indiretamente com a arrecadação;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;

- Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2016;
- Nas informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Na experiência e no bom senso.

Feita a programação da receita, estabeleceu-se o Cronograma de Desembolso Mensal – Despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas e convênios;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Indicações dos técnicos que trabalham diretamente com a geração da despesa;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2016;
- Informações do setor de pessoal da entidade;
- Informações oriundas das receitas vinculadas estimadas;
- Indicações das próprias unidades administrativas da entidade com relação à programação mensal de suas despesas;
- Indicação das reservas técnicas;
- Informações relativas aos valores a serem repassados mensalmente para a câmara municipal;
- Previsão dos pagamentos dos restos a pagar de exercícios anteriores;
- Experiência e bom senso.

Após, elaborados a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuou-se a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

Durante todo o ano realizou-se o acompanhamento da receita e da despesa. Quando era verificada a frustração da receita realizada em relação à prevista, refazia-se todo o planejamento, procedendo assim à limitação de empenho, visando garantir o equilíbrio das contas públicas.

### 4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário pode-se observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta administração em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

Quadro 5

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO							
EXERCÍCIO DE 2016							
RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)	TÍTULOS	FIXAÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	DIFERENÇA (R\$)
Receitas Correntes	22.812.372,00	18.765.123,20	- 4.047.248,80	Créd. Orçamentários e Suplementares	22.040.443,60	16.205.504,95	-5.834.938,65
Receitas de Capital	2.466.648,00	1.176.337,59	- 1.290.310,41	Créditos Especiais	1.000.000,00	759.357,30	-240.642,70
Deduções para o FUNDEB	-2.252.869,40	2.237.816,92	15.052,48	Créditos Extraordinários			
<b>Soma</b>	<b>23.026.150,60</b>	<b>17.703.643,87</b>	<b>5.322.506,73</b>	<b>Soma</b>	<b>23.040.443,60</b>	<b>16.964.862,25</b>	<b>-6.075.581,35</b>
Déficit	14.293,00	0,00	-14.293,00	Superávit	0,00	738.781,62	738.781,62
<b>Total</b>	<b>23.040.443,60</b>	<b>17.703.643,87</b>	<b>5.336.799,73</b>	<b>Total</b>	<b>20.988.725,40</b>	<b>17.703.643,87</b>	<b>-5.336.799,73</b>

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$ 23.040.443,60 (vinte e três milhões, quarenta mil, quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta centavos) e a efetivamente arrecadada totalizou o montante de R\$ 17.703.643,87 (dezessete milhões, setecentos e três mil, seiscentos e quarenta e três reais e oitenta e sete centavos) ocorrendo uma diferença a menor de arrecadação no valor de R\$ 5.336.799,73 (cinco milhões, trezentos e trinta e seis mil, setecentos e noventa e nove reais e setenta e três centavos).

### 4.4. Créditos adicionais

#### 4.4.1. Créditos suplementares

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotações orçamentárias foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição da República e respeitaram o limite autorizado na LOA e em leis especiais. Os créditos suplementares atingiram o valor de R\$ 3.598.971,25 (três milhões, quinhentos e noventa e oito mil, novecentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos).

Quadro 6

<b>APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS NO EXERCÍCIO - 2016</b>	
Lei Orçamentária de 2016	R\$ 22.226.150,60
( X ) Limite dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	40 %
( = ) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados pela Lei Orçamentária	R\$ 8.890.460,24
( + ) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados por Leis Específicas	0,00
( = ) Total dos Créditos Suplementares Autorizados	R\$ 8.890.460,24
( - ) Total dos Créditos Suplementares Abertos no Exercício	R\$ 3.598.971,25
( = ) Diferença a Maior ou a Menor	R\$ 5.291.488,99

#### 4.4.2. Créditos especiais

Foram abertos créditos especiais no exercício de 2016.

Quadro 7

<b>APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS ESPECIAIS ABERTOS NO EXERCÍCIO – 2016</b>	
Total dos Créditos Especiais Autorizados	R\$ 1.000.000,00
( - ) Total dos Créditos Especiais Abertos no Exercício	R\$ 1.000.000,00
( = ) Diferença a Maior ou a Menor	R\$ 0,00

#### 4.4.3. Créditos extraordinários

No exercício de 2016, não foram abertos créditos extraordinários.

#### 4.4.4. Excesso de arrecadação utilizado para a abertura de créditos adicionais

No exercício de 2016, não foram abertos créditos por excesso de arrecadação.

Quadro 8

<b>APURAÇÃO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS – EXERCÍCIO DE 2016</b>	
Receita Arrecadada	R\$ 17.703.643,87
Receita Prevista na LOA	R\$ 22.226.150,60
Previsão de arrecadação do FUNDEB	R\$ 3.982.272,00
Receita Arrecadada FUNDEB 2016	R\$ 3.646.202,95
(=) Excesso de arrecadação Líquida do FUNDEB	R\$ 0,00
Efetivamente utilizado do FUNDEB	R\$ 0,00
Excesso de Arrecadação por Fonte – Recursos Ordinários	R\$ 0,00

Efetivamente utilizado	R\$ 0,00
( - ) Total de Créditos Adicionais abertos por excesso de arrecadação	R\$ 0,00
( = ) Diferença a Maior ou a Menor	R\$ 0,00

#### 4.4.5. Superávit financeiro utilizado para a abertura de créditos adicionais

No exercício de 2016, não foram abertos créditos por superávit financeiro.

#### 4.4.6. Operações de crédito utilizadas para a abertura de créditos adicionais

No exercício de 2016, foi utilizado recurso de operações de crédito para abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais).

#### 4.5. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promoveu-se uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos, conforme a seguir:

Quadro 10

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA								
EXERCÍCIOS DE 2014, 2015 e 2016.								
EXERCÍCIOS	2014		2015			2016		
ESPECIFICAÇÃO	Arrecadação (R\$)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	17.098.368,06	90,77	14.408.281,56	15,73	91,93	16.527.306,28	14,71	93,36
Receitas de Capital	1.740.705,80	9,23	1.265.505,90	27,29	8,07	1.176.337,59	-7,04	6,64
TOTAL	18.839.073,86	100	15.673.787,46	16,80	100	17.703.643,87	12,96	100

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

Constatou-se que as Receitas Correntes participaram com 93,36% (noventa e três vírgula trinta e seis por cento) das receitas orçamentárias, cabendo às Receitas de Capital o percentual de 6,64% (seis vírgula sessenta e quatro por cento).

Percebe-se a partir do quadro acima que a receita corrente apresentou um aumento da ordem de 14,71% (quatorze vírgula setenta e um por cento).

Esclarece-se que tal fato se deve ao repasse do valor de repatriação recebido do Governo Federal, neste exercício.

As receitas de capital diminuíram em 7,04% (sete vírgula quatro por cento) em função da diminuição da liberação de convênio no exercício de 2016.

#### 4.6. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaborou-se também uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos, conforme a seguir:

Quadro 11

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA								
EXERCÍCIOS DE 2014, 2015 e 2016								
EXERCÍCIOS	2014		2015			2016		
ESPECIFICAÇÃO	Realizada (R\$)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)
Despesa Corrente	16.121.022,76	82,65	13.526.472,59	16,09	84,13	15.178.811,41	12,22	89,48
Despesa de Capital	3.384.698,79	17,35	2.552.023,02	24,60	15,87	1.786.050,84	-30,01	10,52
<b>TOTAL</b>	<b>19.505.721,55</b>	<b>100</b>	<b>16.078.495,61</b>	<b>17,57</b>	<b>100</b>	<b>16.964.862,25</b>	<b>5,52</b>	<b>100</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

Diante do demonstrado, pode-se constatar que os gastos na categoria econômica Despesas Correntes aumentaram no exercício de 2016, mas as despesas de capital diminuíram em relação aos exercícios anteriores em função de redução dos convênios, tendo em vista a queda na arrecadação, uma tentativa de equilíbrio financeiro.

#### 4.7. Reserva de Contingência

Como não ocorreu nenhum fato relacionado a risco fiscal ou passivo contingente, a reserva de contingência não foi utilizada.

### 5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

O Balanço Financeiro demonstra os recebimentos e os pagamentos de natureza orçamentária e extra-orçamentária ocorridos no exercício de 2016, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.



Em síntese, a execução financeira no exercício financeiro de 2016 assim pode ser demonstrada:

Quadro 12

<b>BALANÇO FINANCEIRO</b>			
EXERCÍCIO 2015			
<b>INGRESSOS</b>		<b>DISPÊNDIOS</b>	
<b>(R\$)</b>		<b>(R\$)</b>	
Orçamentários	17.703.643,87	Orçamentários	16.964.862,25
Extra-orçamentários	2.948.220,29	Extra-orçamentários	3.491.402,13
Interferências Ativas	0,00	Interferências Passivas	0,00
<b>SOMA</b>	<b>20.651.864,16</b>	<b>SOMA</b>	<b>20.456.264,38</b>
Disponível no Período Anterior	782.846,49	Disponível para o Período Seguinte	978.446,27
<b>TOTAL</b>	<b>21.434.710,65</b>	<b>TOTAL</b>	<b>21.434.710,65</b>

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- As receitas foram registradas pelo Regime de Caixa e as despesas pelo Regime de Competência;
- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Os recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas, sendo que os saldos não aplicados mantiveram-se na conta bancária vinculada para ser aplicado no exercício seguinte, conforme determina o parágrafo único, do art. 8º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Os rendimentos de aplicações financeiras de recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas;
- As aplicações financeiras foram realizadas somente nos seguintes bancos oficiais, conforme determina o § 3º, art. 164, da Constituição da República:
  - Banco do Brasil
  - Caixa Econômica Federal
- As despesas orçamentárias pendentes de quitação até o dia 31/12 foram inscritas em Restos a Pagar, utilizando-se como contrapartida a receita extra-orçamentária;
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

## **6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial**

De forma resumida, assim pode ser demonstrado o patrimônio do Município nos exercícios de 2015 e 2016:

## 6.1. Comparativo do Balanço Patrimonial

Quadro 13

COMPARATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL					
EXERCÍCIOS DE 2015 e 2016					
ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2015 (R\$)	2016 (R\$)	TÍTULOS	2015 (R\$)	2016 (R\$)
Financeiro	901.500,14	978.446,27	Financeiro	2.725.106,47	2.776.074,86
Permanente	7.662.348,06	7.017.466,38	Permanente	2.019.078,88	1.248.528,07
<b>Créditos</b>	<b>29.336,74</b>	<b>29.336,74</b>			
<b>Soma do Ativo Real</b>	<b>8.593.184,94</b>	<b>8.025.249,39</b>	<b>Soma do Passivo Real</b>	<b>4.744.185,35</b>	<b>4.024.602,93</b>
Passivo Real a Desc.			Ativo Real Líquido	3.848.999,59	4.000.646,46
Compensado			Compensado		
<b>TOTAL</b>	<b>8.593.184,94</b>	<b>8.025.249,39</b>	<b>TOTAL</b>	<b>8.593.184,94</b>	<b>8.025.249,39</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas dos bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - patrimônio líquido.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

### Ativo Financeiro

- Caixa – em 31/12/2016 foi verificado o saldo de R\$ 491,00 (quatrocentos e noventa e um reais), conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12.
- Bancos - os saldos dos bancos conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12.
- Devedores Diversos - o saldo de devedores diversos conferem com os créditos da entidade com terceiros de curto prazo.

### Ativo Permanente

- Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial - os saldos dos Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatou-se que é mantido de forma organizada o registro analítico dos bens de natureza permanente, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as exigências legais.

- Almoxarifado – não existe almoxarifado.
- Dívida Ativa Tributária - o saldo da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação em 31/12/2016, embora o município tenha dificuldade de ajuizar ações de cobranças de IPTU, por motivo da área do município estar pendente de regularização junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca. Todo a área urbana, constava em registro no Cartório de Registro de Imóveis, como de propriedade da Paróquia de Pedra Bonita, por meio de Decreto de Desapropriação nº. 25 de 28 de outubro de 2014, a área antes de propriedade da Paróquia passou a de propriedade do Município de Pedra Bonita, conforme matrícula 13.679 de 10/06/2015. A segunda etapa agora será o desmembramento dos imóveis e emissão dos títulos ao reais proprietários, processo este já em execução.

### **Passivo Financeiro**

- Restos a pagar de 2016 – os valores demonstrados no Balanço Patrimonial e no Memorial de Restos a Pagar, estão em igualdade de valores.
- Restos a Pagar de exercícios anteriores - os saldos dos Restos a Pagar dos exercícios anteriores conferem com as respectivas notas de empenhos a pagar.
- Depósitos - os saldos dos Depósitos em consignação conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo.

### **Passivo Permanente**

- Dívida Fundada Interna - os saldos dos empréstimos, financiamentos e parcelamentos conferem com as Certidões/Declarações expedidas pelas entidades credoras em 31/12.

### **Saldo Patrimonial**

O saldo patrimonial é a diferença entre a soma do Ativo Real e a soma do Passivo Real. Quando a diferença é positiva apura-se o Ativo Real Líquido, caso contrário apura-se o Passivo Real a Descoberto.

Em 2016, apurou-se um Ativo Real Líquido de R\$ 4.000.646,46 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos).

## **6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais**

Quadro 14

<b>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</b>	
EXERCÍCIO DE 2016	

VARIAÇÕES ATIVAS	VALOR (R\$)	VARIAÇÕES PASSIVAS	VALOR (R\$)
Resultantes da Execução Orçamentária	17.703.643,87	Resultantes da Execução Orçamentária	16.964.862,25
Receita Orçamentária	17.703.643,87	Despesa Orçamentária	16.964.862,25
Mutações Patrimoniais	507.058,23	Mutações Patrimoniais	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	121.903,46	Independentes da Execução Orçamentária	1.897.058,24
<b>Total das Variações Ativas</b>	<b>18.332.605,56</b>	<b>Total das Variações Passivas</b>	<b>18.861.920,49</b>
<b>Déficit</b>	<b>529.314,93</b>	<b>Superávit</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>18.861.920,49</b>	<b>Total Geral</b>	<b>18.861.920,49</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

#### **Mutações Patrimoniais - Ativas**

- O total de bens móveis incorporados por aquisição confere com o total da despesa realizada no elemento 4490.52 – Equipamentos e Material Permanente;
- O total de bens imóveis de domínio patrimonial incorporados por aquisição e construção confere com a despesa realizada nos elementos 4490.51 – Obras e Instalações, 4490.61 – Aquisição de Imóveis e 4590.61 – Aquisição de Imóveis.

#### **Independentes da Execução Orçamentária - Ativas**

- Os valores de incorporações de bens por verificação, recadastramento, transferências e doações conferem com a Demonstração dos Bens Incorporados;
- O valor da inscrição da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação;
- O valor da atualização da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação.

#### **Independentes da Execução Orçamentária - Passivas**

- O valor da atualização da Dívida Fundada confere com a declaração/certidão da entidade credora.

### Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações Patrimoniais Ativas e as Passivas e representa as alterações patrimoniais do exercício.

Em 2016, apurou-se um déficit de R\$ 529.314,93 (quinhentos e vinte e nove mil, trezentos e quatorze reais e noventa e três centavos).

### 6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna

Quadro 15

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA				
EXERCÍCIO DE 2016				
TÍTULOS	Saldo Anterior	Emissão Atualização	Resgate Cancelamento	Saldo Atual
Por Contratos	947.098,08	575.669,22	274.239,23	1.248.528,07
Por Títulos				
<b>Total Geral</b>	947.098,08	575.669,22	274.239,23	1.248.528,07

**Nota:** Neste quadro estão consolidados os todos valores da Administração Direta.

Este quadro demonstra a dívida de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Todas as obrigações de longo prazo (empréstimos, financiamentos e parcelamentos) estão corretamente demonstradas na Dívida Fundada.

- O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada, confere com o saldo apurado no final do ano anterior.

### 6.4. Limites da Dívida

Quadro 16

APURAÇÃO DOS LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
EXERCÍCIO DE 2016		
TÍTULOS	2015 (R\$)	2016 (R\$)
Dívida Consolidada Líquida ( A )	2.019.078,88	1.248.528,07
Receita Corrente Líquida ( B )	14.408.281,56	16.528.786,71
Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida ( A / B )	0,15	0,08
Limite de máximo de endividamento em 2010 (1,2 ou o índice apurado conforme artigos 3º e 4º da Resolução 40/01 do Senado Federal e suas alterações.)		

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

No exercício de 2001 a Dívida Consolidada Líquida do Município correspondia a menos de 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida, mantendo-se abaixo deste fator no exercício de 2016, estando, portanto, dentro dos limites permitidos pela Resolução 40, de 20/12/2001, do Senado Federal.

## 6.5. Demonstração da Dívida Flutuante

Quadro 17

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE						
EXERCÍCIO DE 2016						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Restos a Pagar – Exercício 2013	153.166,61	0,00	0,00	68.413,40	9.083,18	75.670,03
Restos a Pagar – Exercício de 2014	515.052,99	0,00	0,00	329.359,09	2.328,53	183.365,37
Restos a Pagar – Exercício de 2015	1.999.906,77	0,00	0,00	1.036.377,63	1.491,75	962.037,39
Restos a Pagar – Exercício de 2016	0,00	1.363.184,30	0,00	0,00	0,00	1.363.184,30
INSS	33.465,58	889.252,52	0,00	795.800,99	0,00	126.917,11
Pensão Alimentícia	0,00	264,00	0,00	0,00	0,00	264,00
Empréstimo Caixa Econômica Federal	5.631,46	100.054,59	0,00	100.790,94	0,00	4.895,11
ISSQN	1.852,53	1.710,33	0,00	0,00	0,00	3.562,86
Descontos SEST/SENAT	4.137,28	1.392,00	0,00	0,00	0,00	5.529,28
Receita a Regularizar	8.374,95	12.373,63	0,00	0,00	0,00	20.748,58
Empréstimo – Banco do Brasil S/A	227,96	1.265,95	0,00	1.412,20	0,00	81,71
Convênio Banco Bradesco	3.290,34	343.014,23	0,00	316.485,45	0,00	29.819,12
<b>Total Geral</b>	<b>2.725.106,47</b>	<b>2.712.511,55</b>	<b>0,00</b>	<b>2.648.639,70</b>	<b>12.903,46</b>	<b>2.776.074,86</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações do Município de curto prazo (Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar, Depósitos, Débitos de Tesouraria) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior e o valor.
- O valor das inscrições confere com as receitas extra-orçamentárias e o valor das baixas confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

## 6.6. Demonstração dos Devedores Diversos

Quadro 18

DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS						
EXERCÍCIO DE 2016						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
SALÁRIO MATERNIDADE	54.965,85	60.450,86	0,00	115.416,71	0,00	0,00
SALÁRIO FAMÍLIA	62.709,80	52.646,91	0,00	115.356,71	0,00	0,00
ASPEMG	100,25	552,92	0,00	653,17	0,00	0,00
EMASP	145,67	2.913,40	0,00	3.059,07	0,00	0,00
MULTA DE TRANSITO	732,08	0,00	0,00	732,08	0,00	0,00
<b>Total Geral</b>	<b>118.653,65</b>	<b>116.564,09</b>	<b>0,00</b>	<b>235.217,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados os todos valores da Administração Direta.

Este quadro demonstra os créditos de curto prazo, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todos os créditos do Município de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- O valor das inscrições confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- O valor das baixas confere com as receitas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

## 6.7. Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2016 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, conciliações, declarações, carga patrimonial, certidões e outros documentos hábeis.

## 6.8. Análise dos Índices das Contas Públicas

Quadro 19

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
TÍTULOS	2015	2016
Disponível em Caixa e Bancos (A)	782.846,49	978.446,27
Passivo Financeiro (B)	2.725.106,47	2.776.074,86
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	<b>0,29</b>	<b>0,36</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

\*\* Indica que para cada **R\$1,00** de dívida a curto prazo no dia 31/12/2016, a Prefeitura possuía disponível em Caixa e Bancos **R\$ 0,36**.

Quadro 20

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE		
TÍTULOS	2015	2016
Ativo Financeiro (A)	901.500,14	978.446,27
Passivo Financeiro (B)	2.725.106,47	2.776.074,86
Índice de Liquidez Corrente (A/B)	<b>0,34</b>	<b>0,36</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

\*\* Indica que para cada **R\$1,00** de Passivo Financeiro no dia 31/12/2016, a Prefeitura possuía disponível **R\$ 0,36**.

Quadro 21

ÍNDICE DE LIQUIDEZ REAL		
TÍTULOS	2015	2016
Ativo Real (A)	8.593.184,94	8.025.249,39
Passivo Real (B)	4.744.185,35	4.024.602,93
Índice de Liquidez Real (A/B)	<b>1,82</b>	<b>2,00</b>

**Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

\*\* Indica que para cada **R\$1,00** de compromisso a curto, médio e longo prazo no dia 31/12/2016, a Prefeitura possuía **R\$ 2,00** de ativo real.



Os índices de pronta liquidez e imediata aumentaram em 2016 quando comparados com os índices apresentados em 2015, o que demonstra que a Administração está buscando alternativas para manter o equilíbrio das contas públicas, mesmo mediante a queda na arrecadação e da crise econômica.

## 7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

Em 2016 foi realizada Operação de Crédito no valor de R\$ 550.000,00 junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – BDMG, Contrato nº. 215.439/16.

## 8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

### ◆ Prefeitura

Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de R\$ 1.363.184,30 (um milhão, trezentos e sessenta e três mil, cento e oitenta e quatro reais e trinta centavos), sendo R\$ 525.007,98 (quinhentos e vinte e cinco mil, sete reais e noventa e oito centavos) processados e R\$ 838.176,32 (oitocentos e trinta e oito mil, cento e setenta e seis reais e trinta e dois centavos) não processados, referente a obras licitadas em andamento.

### ◆ Câmara Municipal

Não ficaram restos a pagar no exercício.

## 9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

Quadro 22

DESPESA TOTAL COM PESSOAL EXERCÍCIO DE 2016		
TÍTULOS	R\$	%
Receita Corrente Líquida (A)	16.528.786,71	
Gastos com Pessoal do Município (B) (percentual = B/A x 100)	9.403.166,22	56,89
Gastos com Pessoal do Poder Executivo (C) (percentual = C/A x 100)	8.836.717,59	53,46
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo (D) (percentual = D/A x 100)	566.448,63	3,43

**Nota:** Neste Quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta.

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores,

adotando-se o regime de competência, conforme determina o § 2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos com pessoal do Município não poderão exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que os gastos do Poder Legislativo não poderão exceder a 6% e os do Poder Executivo a 54%. Demonstra-se no quadro acima os gastos com pessoal realizados pelo Município, o qual evidencia o cumprimento da norma legal.

## **10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais, da lei orgânica do município e demais legislações pertinentes.**

### **10.1. Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino**

Quadro 23

<b>APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>	
<b>EXERCÍCIO DE 2016</b>	
<b>TÍTULOS</b>	<b>VALOR (R\$) e PERCENTUAL (%)</b>
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	12.067.102,23
Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Infantil, Fundamental, Especial, Educação de Jovens e Adultos) (B)	3.692.969,65
Percentual Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (B/A) *100%	30,60%

Conforme pode ser observado, os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino foram superiores a 25% (vinte e cinco por cento) da base de cálculo, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição da República e o art. 69 da Lei nº 9.394/1996.

### **10.2. Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação**

Quadro 24

<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO</b>	
<b>EXERCÍCIO DE 2016</b>	
<b>TÍTULOS</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
Receitas Recebidas no Exercício (incluindo aplicações financeiras) (A)	3.680.899,38

Despesas Empenhadas no Exercício (B)	3.323.912,90
Percentual dos Recursos Recebidos e Aplicados no Exercício [C = B/A) * 100%]	90,31%
Despesas Empenhadas no Exercício c/a Remuneração dos Profis.Magistério (D)	2.240.495,49
Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais do Magistério [E = (D/A) * 100%]	60,86%

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB superaram o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da receita arrecadada, atendendo a determinação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007.

Os recursos recebidos do FUNDEB no exercício de 2016 foram aplicados no próprio exercício, exceto o valor depositado pela repatriação na data de 30/12/2016, após encerramento do movimento bancário.

### 10.3. Ensino Médio e Superior

O Município, no exercício de 2016, atuou prioritariamente no ensino fundamental e no ensino infantil. Custeando apenas o transporte escolar para alunos de universidade, no montante de R\$ 56.196,00 (cinquenta e seis mil, cento e noventa e seis reais).

## 11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, definiu que o limite a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde deverá ser equivalente a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências, a partir do exercício de 2004.

No quadro seguinte são demonstradas a base de cálculo e as despesas realizadas na saúde.

Quadro 25

APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		
EXERCÍCIO DE 2016		
TÍTULOS	VALOR	%
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	R\$ 12.067.102,23	100%
Gastos nas Ações e Serv. Públicos de Saúde com recursos próprios (B) [percentual = (B/A) * 100]	R\$ 2.234.951,17	18,52%

No exercício de 2016 o Município aplicou, nas ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios o percentual de 18,52% - (dezoito vírgula cinquenta e dois por cento) da base de cálculo, atendendo assim a exigência legal, que estipula o mínimo de 15%.

## 12. Análise da observância do disposto no artigo 29-A da Constituição da República, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo

Quadro 26

REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO			
EXERCÍCIO DE 2016			
Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, arrecadadas em 2015.	Limite Máximo de Repasses em 2015: 7% das receitas arrecadadas em 2015, conforme primeira coluna.	Valor do Repasse Previsto na Lei Orçamentária Anual (Proporção fixada na LOA)	Repasse Realizado
R\$ 10.374.262,07	R\$ 726.198,34	R\$ 800.000,00	R\$ 726.198,34

É oportuno observar que, de acordo com o art. 29-A da Constituição da República, o total das despesas do Poder Legislativo dos Municípios não poderá ultrapassar o limite máximo, de acordo com a população de cada Município, das receitas tributárias e das transferências constitucionais efetivamente arrecadadas no exercício imediatamente anterior, conforme determina o art. 29-A da Constituição da República.

Observa-se que efetuar repasse ao Poder Legislativo acima do limite máximo constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, assim como também realizar repasses inferiores à proporção fixada na Lei Orçamentária, nos termos, respectivamente, dos incisos I e III, do § 2º, do art. 29-A da Constituição da República.

Os repasses ao Poder Legislativo totalizaram o montante de R\$ 726.198,34 – (setecentos e vinte e seis mil, cento e noventa e oito reais e trinta e quatro centavos) no exercício financeiro de 2016. Considerando que o total da receita tributária, transferências constitucionais, receita da dívida ativa tributária, multas e juros decorrentes de receitas tributárias, arrecadadas em 2015, totalizaram R\$ 10.374.262,07 (dez milhões, trezentos e setenta e quatro mil, duzentos e sessenta e dois reais e sete centavos) e que a população do Município é de 6.673 habitantes, depreende-se que o limite máximo de repasses era o que foi realizado e que, portanto, foi obedecido o limite máximo permitido.

Quanto ao limite mínimo de repasses ao Poder Legislativo no exercício de 2016, esclarece-se que ele corresponde ao percentual de 7% da Receita Base de 2015, se este for menor que o orçamento fixado para Câmara, conforme determinação legal.

Considerando que as despesas da Câmara foram fixadas no montante de R\$ 800.000,00 – (oitocentos mil reais) para o exercício de 2016, ficou maior que o limite mínimo de repasses para aquele exercício, conforme determina o inciso II, do § 2º, do art. 29-A da Constituição da República, o qual também foi cumprido.

### 13. Conclusão

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a *Instrução Normativa nº 007/2007* e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Pedra Bonita, acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2016.

Trabalhou-se de forma integrada junto ao controle interno das demais entidades pertencentes a este Município e acompanhou de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

Por meio dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que todas as recomendações/determinações expedidas por este sistema de controle interno foram objetos de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Nos trabalhos examinaram-se os controles internos administrativos desta entidade, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas, e concluiu-se que os mesmos estão devidamente adequados e aderentes às normas internas do órgão controlado.

Finalmente, procedeu-se ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2016, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade da administração. Verificou-se o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Comparativo do Balanço Patrimonial, Demonstração da Dívida Flutuante, Demonstração dos Devedores Diversos, Demonstração da Dívida Fundada, Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, Inventário Geral Analítico, Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEF e sua Aplicação, Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, Demonstrativo dos Limites de Repasses ao Poder Legislativo e demais demonstrações contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura e Câmara em 31 de dezembro de 2016, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Pedra Bonita, 31 de dezembro de 2016.

.

---

Petterson Luiz Nascimento Ribeiro  
CPF: 063.499.466-26